

Moção de apoio à unidade nacional da categoria petroleira

Pela construção de uma unidade dos sindicatos que representam os trabalhadores e trabalhadoras da Petrobrás, com intuito de barrar as privatizações e o desmonte da Petrobrás

1. O governo Bolsonaro representa a mais grave ameaça a classe trabalhadora. Seu governo neofascista aprofunda agenda ultraliberal do governo de Temer, enquanto radicaliza os ataques à soberania nacional e às liberdades democráticas. O método aplicado é a aposta no caos, destruindo a legislação trabalhista e previdenciária, as leis ambientais, os mecanismos de proteção às minorias, reprimindo e criminalizando os sindicatos, movimentos sociais e a esquerda em geral. Esse caos, como meta, é a construção da janela história para a ruptura institucional tão almejada pela família Bolsonaro e sua base social.
2. Na Petrobrás, o cenário não se difere, mesmo perante a maior crise sanitária, econômica e a crise do setor energético. Castelo Branco aprofunda as agendas ultraliberais já iniciadas na gestão de Pedro Parente, governo Michel Temer. Essas agendas de desmonte da Petrobrás com privatizações do parque do refino, fechamento de usinas, privatizações de termelétricas se mantêm central no plano de negócio da empresa e no projeto do governo Bolsonaro através do seu ministro Paulo Guedes.
3. Mesmo com o desgaste inicial do governo, cuja aprovação caiu para cerca de 30% em menos de um ano, seu projeto genocida nas tratativas de enfrentamento do COVID-19; a incapacidade dos projetos liberais e ultraliberais darem respostas às condições concretas da classe trabalhadora, o governo ainda mantém uma parcela significativa de apoio, e a cada crise esse essa base de apoio se torna mais coesa no projeto neofascista.
4. A esquerda brasileira organizada pelos partidos, sindicatos, movimentos sociais entre outros, veem fazendo a luta em defesa à vida, aos direitos sociais e a democracia. As campanhas de solidariedades e os atos antifascistas se mostraram acertados e acumulam força para a resistência. Porém, não estamos posicionados na correlação de força como real possibilidade de, em curto prazo, derrotar o governo Bolsonaro. A contradição principal da atual crise política brasileira está sendo disputada entre a direita e a extrema direita. Isso levaria, mesmo em uma derrota do governo Bolsonaro, em uma manutenção da agenda econômica ultraliberal que manterá as privatizações e os ataques aos direitos da classe trabalhadora.



5. Neste cenário, entre nossas tarefas imediatas, além da construção de uma unidade da classe trabalhadora em resistência a agenda neoliberal e fortalecimento das organizações de esquerda, é necessário a construção de uma unidade dos sindicatos que representam os trabalhadores e trabalhadoras da Petrobrás, com intuito de barrar as privatizações e o desmonte da Petrobrás.

6. A unidade não é somente um clamor da base, como também de uma responsabilidade histórica das lideranças políticas diante da conjuntura que vivemos. Nesse mesmo sentido, foram construídas nos últimos anos duas frentes envolvendo partidos, movimentos sociais, entidades populares e sindicatos - Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo - entendendo, desde o processo de golpe do Governo Dilma, a necessidade histórica de construir processos unitários de luta.

7. Nós, petroleiras e petroleiros de Minas Gerais, entendemos que há experiências no movimento sindical petroleiro que podem ser referência nesse processo de unidade. Nacionalmente, o GT Petros encampou uma histórica luta unitária em defesa da Petros, envolvendo diversas organizações e entidades com históricas divergências políticas.

8. Em Minas, construímos uma chapa única para a direção do Sindipetro/MG em 2020, envolvendo grupos políticos divergentes que voltaram a estabelecer canais de diálogo e construção de lutas unitárias nos últimos 3 anos, lastreados por um processo de renovação das lideranças e maior aproximação com a base. Esse processo envolveu, inclusive, duas das mais emblemáticas greves já realizadas pela categoria mineira (2018 e 2020).

9. A construção da unidade nacional deve ter foco em uma agenda unificada em defesa dos nossos direitos históricos e na luta contra a privatização do Sistema Petrobrás.

Juntos, somos mais fortes!

Aprovada por unanimidade pela Plenária Final do 34º Congresso dos Petroleiros de Minas Gerais, no dia 27 de junho de 2020.

A moção aprovada será encaminhada ao 18º Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros (CONFUP).